

Acervo em	Recebidos em	Baixados em 2.020	Acervo atual
1.549	3.470	3.852	1.065

Por localização

Os processos em tramitação podem estar localizados no gabinete do Relator, nos gabinetes de outros Ministros, em outros setores ou mesmo fora do Tribunal.

Um processo é remetido ao gabinete de Ministro que não seja seu relator quando há pedido de vista; para revisão de ações penais e ações rescisórias; para redação do acórdão, se o Relator for vencido; e para deliberação sobre medida urgente nos períodos de recesso e férias e em casos de vacância, licença ou ausência do Relator, nos termos regimentais.

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRA CÁRMEN LÚCIA	520
ÓRGÃOS EXTERNOS	46
SETORES INTERNOS	499
Soma:	1.065

Observação: os processos localizados nos setores internos aguardam providências cartorárias: publicação, intimação, decurso de prazo, trânsito e baixa.

Processos de outros Relatores localizados no Gabinete	Qtd.
GABINETE MINISTRA CÁRMEN LÚCIA	15

Produção

A decisão final é o ato que põe termo ao processo, ainda que não chegue a analisar o mérito (ex.: não conhecimento, prejudicialidade, homologação de desistência, declinação de competência, etc.). Por essa razão é o principal marco da tramitação processual.

No curso do processo são proferidos, também, decisões interlocutórias e despachos.

As decisões interlocutórias resolvem questões incidentais (pedidos cautelares, de extensão, de intervenção de terceiros, etc.) ou determinam o sobrestamento da causa até que se realize determinada condição, como o julgamento de outro processo.

Os despachos, por fim, servem para dar impulso ao processo (ex.: pedido de informações a autoridades ou a outros juízos, encaminhamento à PGR para parecer, determinação de citação, intimação ou outras diligências) e não são recorríveis.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Decisão em recurso interno		153	181	154	170	185	14	180	107	147
Decisão Final	2	408	483	308	344	429	205	268	398	504

	11	12	Soma:
Decisão em recurso interno	144	2	1.437
Decisão Final	309	8	3.666

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Decisão Interlocutória		11	17	20	24	31	2	31	21	30
Decisão Liminar	1	10	22	6	12	9	6	8	14	19
Decisão Sobrestamento		1	1		1	2				
Soma:	3	583	704	488	551	656	227	487	540	700

Acervo atual

O acervo processual de cada Ministro é composto pelos processos que recebeu do Ministro cuja vaga ocupou - que se encontram em diversas fases de tramitação - e por feitos novos, distribuídos após sua posse.

No acervo há feitos pendentes de decisão final e processos que já tiveram decisão final mas aguardam apreciação de recurso (agravo regimental, embargos de declaração, embargos de divergência e embargos infringentes), de outro pedido incidental, liberação de decisão ou acórdão para publicação, decurso de prazo processual, realização de comunicações ou outras providências.

Acervo atual	Eletrônico	Físico	Soma:
Originária	655	30	685
Recursal	366	14	380
Soma:	1.021	44	1.065

Por classe

As classes processuais são divididas, no STF, entre recursais e originárias. São classes recursais o recurso extraordinário (RE), o recurso extraordinário com agravo (ARE) e o agravo de instrumento (AI). São classes originárias todas as demais, incluídos os recursos ordinários.

Classes recursais	Qtd.
AI	3
ARE	176
RE	201
Soma:	380

Controle concentrado	Qtd.
ADC	2
ADI	119
ADO	2
ADPF	28

Classes criminais originárias	Qtd.
AP	2
Ext	7
HC	164
Inq	4
PPE	6
RHC	35
RvC	3
Soma:	221

Demais originárias	Qtd.
ACO	28
AO	4
AR	10
CC	1
MS	48
Pet	21
Rcl	191
RMS	9
TPA	1
Soma:	313

	11	12	Soma:
Decisão Interlocutória	40	2	229
Decisão Liminar	8		115
Decisão Sobrestamento			5
Soma:	501	12	5.452

Controle concentrado	Qtd.
Soma:	151

Processos em tramitação por ano de autuação

Na tabela abaixo encontramos o acervo total de processos que se encontram em tramitação por ano de autuação. Um processo, quando aporta pela primeira vez no Tribunal, é objeto de registro denominado autuação. São autuados tanto os feitos ajuizados diretamente no STF e aqueles advindos de outros juízos e tribunais, na forma de recurso. No caso dos recursos, a data de autuação corresponde à data de seu recebimento pelo STF, independentemente da data de ajuizamento da ação principal.

Ano de Autuação	Originária	Recursal	Soma:
2.020	468	271	739
2.019	64	65	129
2.018	34	12	46
2.017	12	4	16
2.016	11	3	14
2.015	22	4	26
2.014	10	6	16
2.013	13	1	14
2.012	10	3	13
2.011	4		4
2.010	9	2	11
2.009	3	3	6
2.008	3	4	7
2.007	3	1	4
2.006	4		4
2.005	3	1	4
2.004	5		5
2.002	1		1

2.001	3		3
2.000	1		1
1.999	1		1
1.991	1		1
Soma:	685	380	1.065

Indicadores do Planejamento Estratégico STF Rumo a 2020

Tema: Prestação Jurisdicional

Indicador de Congestionamento – ICNG:

Mede a produtividade do Tribunal em relação à carga de trabalho total, que compreende não só os processos recebidos, mas também aqueles que tramitavam no início do período avaliado (acervo inicial).
Meta: manter o índice de congestionamento de processos em até 39% até 2020.

META ICNG 2.020: ≤ 39%	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2.020	34,29%	0,70%

Indicador de Trâmite Processual – ITPR:

Revela a média aritmética entre o tempo de tramitação dos processos em estoque e o tempo dos processos baixados no período de análise.
Meta: manter o tempo médio de tramitação em até 519 dias até 2020.

META ITPR 2.020: ≤ 519	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2020	312,86	306,32

Indicador de Processos Antigos - IPA:

Mede a relação entre o número de processos com mais de cinco anos de autuação e o acervo.

Meta: diminuir progressivamente o acervo de processos com mais de cinco anos de ingresso no Tribunal para, no máximo, 15% do total até 2020.

Meta 2018: 16,60% / Meta 2019: 15,80% / Meta 2020: 15,00%

META IPA 2.020: $\leq 15\%$	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2.020	11,28%	11,08%

Para detalhes sobre os indicadores, ver [Planejamento Estratégico STF Rumo a 2020](#).

Observação:

O critério utilizado para o cálculo dos indicadores do Planejamento Estratégico considera a data de autuação dos processos, inclusive para aqueles que tiveram redistribuição ou substituição de relatoria.

Por situação

A decisão final é o ato que põe termo ao processo, ainda que não chegue a analisar o mérito (ex.: não conhecimento, prejudicialidade, homologação de desistência, declinação de competência, etc.). Por essa razão é o principal marco da tramitação processual.

		Qtd.	Soma
Sem decisão final	Em instrução (sem decisão)	260	447
	Com alguma decisão (exceto decisão final)	187	
Com decisão final	Com recurso interno pendente	221	618
	Sem recurso interno pendente	397	
Total			1.065

Processos sem decisão final

Em regra, os feitos requerem instrução (reunião de documentos e informações complementares, manifestação do Procurador-Geral da República ou outras diligências) para que se tornem aptos para julgamento.

Em instrução (sem decisão)

Compreende processos que tiveram movimentação como pedido de informações, determinação de diligência, vista à PGR, agendamento para julgamento colegiado e suspensão do julgamento por pedido de vista.

Em mesa/pauta	12
Com pedido de vista	3
Recurso interno pendente*	2
*Ainda que os despachos sejam irrecorríveis, pode haver interposição de recurso interno, que deverá ser apreciado e submetido a julgamento.	
Demais situações	243

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRA CÁRMEN LÚCIA	226
ÓRGÃOS EXTERNOS	21
SETORES INTERNOS	13
Soma:	260

Com alguma decisão (exceto decisão final)

Compreende processos que tiveram decisões interlocutórias, liminares, de sobrestamento e em recurso interno proferidas antes da decisão final.

Sobrestado	18
Em mesa/pauta	34
Com pedido de vista	8
Acórdão pendente de publicação	1
Recurso interno pendente	38
Demais situações	97

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRA CÁRMEN LÚCIA	108
ÓRGÃOS EXTERNOS	20
SETORES INTERNOS	59
Soma:	187

Processos com decisão final

A decisão final não marca o fim da tramitação processual, que só ocorre com a baixa, momento em que se encerram todas as atividades – jurisdicionais e cartorárias – no processo.

Após a decisão final, são necessárias providências complementares, como a publicação da decisão ou acórdão, a expedição de comunicações e a contagem do prazo processual.

Se não houver recurso, ocorrerá o trânsito em julgado da decisão e, subsequentemente, a baixa do processo ao arquivo ou à origem.

Se, no entanto, for apresentado recurso interno ou outro pedido incidental, o processo será encaminhado ao Relator para apreciação.

Com recurso interno pendente

São recursos internos o agravo regimental, os embargos de declaração, os embargos infringentes e os embargos de divergência.

As partes podem interpor recurso de qualquer decisão e o Tribunal deverá apreciá-lo mesmo que se trate de decisão irrecorrível.

Sobrestado	
Em mesa/pauta	116
Com pedido de vista	16
Acórdão pendente de publicação	
Demais situações	89

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRA CÁRMEN LÚCIA	156
ÓRGÃOS EXTERNOS	1
SETORES INTERNOS	64
Soma:	221

Sem recurso interno pendente

São processos que aguardam a publicação de decisão ou acórdão, a realização de comunicações processuais, o decurso de prazo, o julgamento de outros incidentes ou outras providências.

Sobrestado	2
Em mesa/pauta	7
Com pedido de vista	
Acórdão pendente de publicação	46
Aguarda providências complementares	342

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRA CÁRMEN LÚCIA	30
ÓRGÃOS EXTERNOS	4
SETORES INTERNOS	363
Soma:	397

